

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela Seara Alimentos Ltda., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes, é líder nacional da produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

a. Acordo de Colaboração Premiada e Acordo de Leniência de executivos e ex-executivos da JBS e de sua controladora J&F Investimentos (J&F)

Como já divulgado anteriormente, em 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F") assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Ainda em 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado. No mesmo exercício, a J&F e suas controladas brasileiras celebraram um termo de adesão ao referido Acordo.

A J&F e suas subsidiárias reiteram que seguem cumprindo todas as diretrizes estabelecidas no Acordo, cujas medidas e o seu respectivo cronograma encontram-se em sintonia com as disposições do Acordo.

a.1 Investigações internas independentes

As investigações internas independentes seguem as melhores práticas internacionais e continuam em andamento. A Administração da Companhia com base nos procedimentos analíticos por ela adotados até o presente momento, não tem conhecimento de impactos relevantes em suas demonstrações contábeis. Não foram identificados novos eventos para estas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019.

a.2 Programa de Compliance e Medidas de Governança

O Grupo JBS estruturou um programa de compliance, chamado "Faça Sempre o Certo", com o objetivo de prevenir condutas, tanto de colaboradores como de terceiros, que possam estar em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia, leis, regulamentos e/ou procedimentos internos. Esta estrutura, com reporte direto ao Conselho de Administração da JBS S.A., e atua de forma independente e é responsável pela implementação e monitoramento de treinamentos voltados a temas de compliance, gestão do canal de denúncias, avaliações periódicas de risco, implementação de controles internos, incluindo os de combate à corrupção, análise reputacional de terceiros (due diligence), dentre outras atividades geralmente relacionadas a este departamento, incluindo treinamentos e atualizações a todos os colaboradores sobre diversos temas e práticas.

2 Base de elaboração e apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas, julgamentos e estimativas contábeis das Informações contábeis intermediárias referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção inicial do IFRS 16/CPC 06 - Arrendamento mercantil e IFRIC 23/CPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das informações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

c) Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2020.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita operacional compreende o valor justo da contraprestação recebido ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia.

Nas demonstrações do resultado a receita operacional é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, de abatimentos e dos descontos. Na nota explicativa 19 apresentamos a conciliação da receita operacional líquida.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) exigem que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os ativos e passivos que estão sujeitos a essas estimativas compreendem vida útil do imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e imposto de renda diferido. A liquidação de uma transação envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido à possível falta de precisão inerente ao processo. Algumas de nossas práticas contábeis exigem graus mais elevados de julgamento do que outros em sua aplicação. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela administração.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

e) Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada de créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas esperadas, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

As despesas com a constituição da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas operacionais" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

f) Estoques

De acordo com IAS 2/CPC 16 (R2) - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques são reconhecidos no resultado quando da venda.

g) Imobilizado

É demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As vidas úteis estimadas de depreciação estão mencionadas na nota explicativa 10.

h) Intangível

É composto por softwares adquiridos por terceiros registrados de acordo com o IAS 38/CPC 4 (R4) - Ativos intangíveis pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os itens do ativo imobilizado, intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor econômico testada quando há indicadores potenciais de redução ao valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

i) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data dos balanços.

j) Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos ou variações cambiais.

k) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis, e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

l) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

m) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é "praticamente certo" seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis não estão provisionados, porém estão divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não estão provisionados nem divulgados.

o) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

p) Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente os "CDBs".

ii. Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes", "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

q) Apresentação de relatórios por segmentos

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 (R2) - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

r) Demonstrações dos fluxos caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo destas demonstrações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no IAS 7/ CPC 3 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstração do valor adicionado

A Companhia inclui na divulgação das suas demonstrações contábeis a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual não é requerida pelas IFRS, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiamentos, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

t) Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

A partir de 1 de janeiro de 2019 a Companhia adotou o IFRS 16/CPC 6 - Arrendamento mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, ou seja, os efeitos da adoção foram reconhecidos em 1 de janeiro de 2019, sem alteração para fins de comparabilidade dos saldos de 2018. A Companhia e suas controladas reconheceram novos ativos e passivos para seus contratos com direito de uso de ativos identificáveis (arrendamentos operacionais) conforme detalhado na nota 11.

Os contratos identificados pela Companhia referem-se substancialmente aos arrendamentos de imóveis, máquinas e equipamentos, plantas operacionais, equipamentos de informática, veículos, entre outros. A Companhia aplicou julgamento para os casos em que existe opção de renovação nos contratos, baseando-se em sua melhor expectativa. Essa avaliação afeta o prazo do arrendamento que impacta significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

O ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e pagamento total inferior a R\$20mil, conforme exceção prevista pela norma.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos não foram reavaliados.

IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A partir de 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Companhia não teve impactos reconhecidos em suas demonstrações contábeis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.19	31.12.18
Caixa e bancos	6.542	5.043
CDB	28.835	19.257
	35.377	24.300

As aplicações financeiras possuem vencimento original de até 90 dias a contar da data da contratação, não estão sujeitas a risco significativo de alteração de valor e são em média remunerados a 98,5% da variação do CDI. A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31.12.19	31.12.18
Duplicatas a vencer	20.349	19.875
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	431	578
De 31 a 60 dias	35	17
De 61 a 90 dias	29	6
Acima de 90 dias	386	353
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(386)	(353)
Ajuste a valor presente - AVP	(61)	-
	434	601
	20.783	20.476

Conforme IFRS 9 CPC 48 - Instrumento Financeiro, segue a movimentação da PECLD:

	31.12.19	31.12.18
Saldo inicial	(353)	(523)
(Adições) / Reversões	(139)	(62)
Baixas	106	232
Saldo final	(386)	(353)

6 Estoques

	31.12.19	31.12.18
Mercadorias e produtos acabados	4.913	4.965
Matéria-prima e embalagens	3.192	2.681
Almoxarifado	1.723	1.976
	9.828	9.622

Em decorrência da característica dos estoques perecíveis, e de rápido giro, não são identificadas necessidades de provisão para perdas nos estoques.

7 Impostos a recuperar

	31.12.19	31.12.18
ICMS	1.012	716
INSS	436	436
IRRF	206	7
	1.654	1.159
Desmembramento:		
Ativo circulante	828	630
Ativo não circulante	826	529
	1.654	1.159

8 Impostos de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2019	2018	2019	2018
Resultado antes da tributação	17.339	14.843	17.339	14.843
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	4.335	3.711	1.561	1.336
(Adições) exclusões permanentes	(45.354)	309	(45.378)	235
(Adições) exclusões temporárias	(142)	1.219	(142)	1.219
Base imposto - sem prejuízos fiscal de anos anteriores	(28.157)	16.371	(28.181)	16.297
Base imposto	(28.157)	16.371	(28.181)	16.297
Alíquota - 9%	-	-	-	1.467
Alíquota - 10%	-	1.613	-	-
Alíquota - 15%	-	2.456	-	-
Dedução PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Lei Rouanet e outros	-	(329)	-	-
Imposto a pagar	142	3.740	137	1.467
Imposto pago/compensado	(142)	(3.604)	(137)	(1.332)
Saldo de imposto a pagar (a recuperar)	-	136	-	135
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8)	(5.207)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.527	415		
	9.519	(4.792)		
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-54,90%	32,28%		

b) Composição dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.12.19	31.12.18
Prejuízo fiscal ⁽¹⁾	9.575	-
Provisão para contingência	197	517
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	14	10
PLR - Participação dos Lucros e Resultados	639	632
Tributos com exigibilidade suspensa	262	-
Faturamento não entregue	152	120
Ajuste da depreciação	(61)	(167)
Outros	496	635
Total Líquido	11.274	1.747

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

⁽¹⁾ Impostos diferidos constituídos sobre prejuízos fiscais decorrentes da exclusão das subvenções para investimentos (créditos ICMS) da base de cálculo do imposto sobre a renda e contribuição social. A Companhia tem a expectativa de realização de seus Impostos Diferidos Ativos ao longo dos próximos dez anos, conforme determina a Instrução CVM 371. A estimativa de realização é de 50% do saldo até 2022, 30% até 2025 e o residual até 2028.

Subvenções governamentais

A Empresa possui subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais, a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores de subvenção contidos no resultado de 2019 totalizaram R\$8.483.

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e nas contas de resultado são a seguir apresentados:

	31.12.19		31.12.18		2019		2018	
	Clientes	Fornecedores	Clientes	Fornecedores	Compras de mercadorias	Receitas de vendas	Compras de mercadorias	Receitas de vendas
Agrícola Jandelle S.A.	-	-	-	-	-	-	618	-
JBS Aves Ltda	-	3.230	-	2.341	22.321	3	23.004	4.857
JBS S.A.	-	19	-	-	168	-	24	-
Seara Comércio Alimentos Ltda	-	196	-	556	2.243	-	1.376	-
Seara Alimentos Ltda	461	7.397	587	6.031	67.411	5.351	64.305	1.445
	461	10.842	587	8.928	92.143	5.354	89.327	6.302

Detalhamento das transações com partes relacionadas

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações de compra de insumos da Companhia com empresas ligadas, a preços e condições semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia comprou R\$92.143 (R\$89.327 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018) de matérias-primas e mercadorias das empresas ligadas. Apesar das compras com partes relacionadas serem significativas, a Companhia não apresenta dependência econômica do grupo uma vez que tem total condições de manter a continuidade de suas operações e com resultados semelhantes mesmo em um cenário em que não houvesse compras de partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esse administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31.12.19		31.12.18	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	5	250	5	1.508
	5	250	5	1.508

De acordo com o IAS 24/CPC 05 (R3) - Apresentação de Parte Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho regido pela CLT ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração como base em ações.

10 Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.19	31.12.18
Imóveis	5 a 60 anos	10.761	(3.681)	7.080	7.004
Terrenos	*	7	-	7	7
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	40.282	(16.455)	23.827	17.388
Instalações	20 a 30 anos	4.266	(1.607)	2.659	1.298
Equipamentos de informática	3 a 12 anos	915	(620)	295	276
Veículos	5 a 20 anos	381	(368)	13	32
Obras em andamento ⁽¹⁾	*	6.212	-	6.212	3.928
Móveis e utensílios	10 a 50 anos	757	(222)	535	391
		63.581	(22.953)	40.628	30.324

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2019, obtendo entendimento sobre a adequação das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

⁽¹⁾ O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação da matriz, visando a maior produtividade e a segurança no processo produtivo. Quando a obra é concluída e inicia a operação destes ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir deste momento a depreciação dos bens.

b) Movimentação do ativo imobilizado

	31.12.18	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	31.12.19
Imóveis	7.004	447	-	(371)	7.080
Terrenos	7	-	-	-	7
Máquinas e equipamentos	17.388	10.221	(1.039)	(2.742)	23.828
Instalações	1.298	1.566	(1)	(204)	2.659
Equipamentos de informática	276	130	(4)	(107)	295
Veículos	32	-	-	(19)	13
Obras em andamento	3.928	2.283	-	-	6.211
Móveis e utensílios	391	204	(3)	(57)	535
	30.324	14.851	(1.047)	(3.500)	40.628

Depreciação

A depreciação do exercício totaliza em R\$3.500, sendo reconhecido: R\$3.395 como custo dos produtos vendidos e R\$105 como despesas operacionais.

Teste de valor recuperável dos ativos imobilizados

A Companhia revisa periodicamente as vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima de seu valor recuperável.

11 Arrendamento mercantil

A Companhia adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em de 1 de janeiro de 2019, cujas políticas estão descritas na nota 3 item t.

11.1 Direito de uso do ativo de arrendamento mercantil

A composição dos saldos de direito de uso na data-base é apresentada a seguir:

	Prazo de vigência do contrato	Adoção inicial direito de uso 01/01/19	Adições de contratos	Contratos cancelados / outros	Amortização	31.12.19
Imóveis	2 anos	1.131	-	(96)	(836)	199
Máquinas e equipamentos	5 anos	101	23	(7)	(60)	57
Veículos	5 anos	81	-	(4)	(77)	-
		1.313	23	(107)	(973)	256

Amortização

A amortização do exercício totaliza em R\$973, sendo reconhecido: R\$90 como custo dos produtos vendidos e R\$883 como despesas operacionais.

11.2 Provisão a pagar de arrendamento mercantil

	31.12.19
Provisão com arrendamento mercantil	273
Ajuste ao valor presente	(7)
	266
Passivo circulante	253
Passivo não circulante	13
	266

Movimentação da provisão com arrendamento mercantil:

	Adoção inicial 01/01/19	Adições de contratos	Apropriação de juros	Pagamento do principal	31.12.19
Provisão com arrendamento mercantil	1.385	24	-	(1.136)	273
Ajuste ao valor presente	(72)	(1)	66	-	(7)
	1.313	23	66	(1.136)	266

A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, será entre 10,18% e 11,86%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Cronograma de pagamento da parcela de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil:

Vencimento	31.12.19
2021	14
AVP - Ajuste a valor presente	(1)
	13

12 Intangível

	Vida útil dos ativos intangíveis	Líquido	
		31.12.19	31.12.18
Softwares	3 anos	38	54
		38	54

Movimentação do intangível:

	31.12.18	Adição	Amortização	31.12.19
Softwares	54	10	(26)	38
	54	10	(26)	38

Amortização

A amortização do exercício totaliza em R\$26, sendo reconhecido R\$25 como custo dos produtos vendidos e R\$1 como despesas operacionais.

13 Fornecedores

	31.12.19	31.12.18
Materiais e serviços	25.943	19.236
Ajuste a valor presente - AVP	(75)	-
	25.868	19.236

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não Circulante	
					Líquido			
					31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Em moeda nacional								
Finame	6,00% a.a.	R\$	Tx Fixa	2020	16	191	-	16
					16	191	-	16

Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Finame

Forma de pagamento do financiamento em 54 parcelas mensais e sucessivas, calculadas através do Sistema de Amortização Constante - SAC, com período de carência de 6 meses e o vencimento da última parcela em janeiro de 2020. O FINAME está garantido por aval da diretoria.

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos e não tem nenhum tipo de Covenants em seus contratos devido ao fato de que todos os contratos possuem garantias reais dos bens financiados, avais ou notas promissórias.

15 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

	31.12.19	31.12.18
Salários e encargos sociais	3.463	3.370
Provisões para férias, 13º salário e encargos	2.236	2.070
IRRF a recolher	273	272
PIS e COFINS a recolher	672	720
ICMS a recolher	3.035	2.228
Parcelamentos fiscais (REFIS IV)	2.762	3.233
Outros	931	479
	13.372	12.372
Passivo circulante	10.402	9.288
Passivo não circulante	2.970	3.084
	13.372	12.372
Desmembramento:		
Trabalhistas	6.710	5.665
Tributárias	6.662	6.707
Estadual	3.041	2.271
Federal	3.621	4.436
	13.372	12.372

Parcelamentos Fiscais (REFIS IV) - Em 2009, a Companhia decidiu aderir ao programa de parcelamento de débitos tributos instituído pela Lei 11.941/2009. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$2.762 (R\$2.200 no não circulante e R\$562 no circulante) é devido em 58 parcelas mensais, com juros baseados na taxa SELIC.

16 Dividendos declarados

	31.12.19	31.12.18
Dividendos declarados	6.914	4.464
	6.914	4.464

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou os dividendos mínimos obrigatórios a distribuir no valor de R\$4.259, que foram submetidos para aprovação do AGO convocada para o mês de março de 2020. A posição acionária a ser considerada para a distribuição de dividendos é a posição observada na presente data, sendo certo que, aprovado pela AGO, serão contempladas 5.222.222 (cinco milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e duas) ações, sendo 2.846.929 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e novecentas e vinte e nove) ações ordinárias e 2.375.293 (dois milhões, trezentas e setenta e cinco mil e duzentas e noventa e três) ações preferenciais, resultando em uma distribuição de R\$0,77995 por ação ordinária e R\$0,85795 por ação preferencial, a título de dividendos. Os dividendos declarados em 2018 foram pagos no montante de R\$1.808 dia 23 de maio de 2019, sem correção monetária, através do Banco Itaú S.A., instituição depositária das ações escriturais.

17 Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.19	31.12.18
Trabalhistas	571	1.367
Cíveis	7	30
Fiscais e previdenciários	-	122
Total	578	1.519

Movimentação das provisões

	31.12.18	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	Atualização monetária	31.12.19
Trabalhistas	1.367	(138)	(796)	138	571
Cíveis	30	(14)	(8)	(1)	7
Fiscais e previdenciários	122	(122)	-	-	-
Total	1.519	(274)	(804)	137	578

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia era parte em 81 (130 em 31 de dezembro de 2018) ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$7.129 (R\$10.320 em 31 de dezembro de 2018). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Companhia registrou provisões no montante de R\$571 (R\$1.367 em 31 de dezembro de 2018) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Companhia. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade. A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$2.685 (R\$4.718 em 31 de dezembro de 2018).

Processos cíveis

A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$285 (R\$255 em 31 de dezembro de 2018).

Processos fiscais e previdenciários

A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$157 (R\$1.458 em 31 de dezembro de 2018).

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$1.212 (R\$1.784 em 31 de dezembro de 2018).

18 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estava representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 por ações ordinárias e 2.375.293 ações preferenciais.

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios apurados conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

Retenção de lucros

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

Subvenções governamentais

A Empresa possui subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais, a título de créditos presumidos e/ou outorgados de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

19 Receita operacional líquida

	2019	2018
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias	240.103	231.597
	240.103	231.597
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(9.813)	(10.005)
Impostos sobre as vendas	(50.136)	(47.725)
	(59.949)	(57.730)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	180.154	173.867

20 Resultado financeiro líquido

	2019	2018
Juros Passivos	(1.071)	(256)
Juros Ativos	2.799	842
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(374)	(366)
	1.354	220

	2019	2018
Receita financeira	2.799	842
Despesa financeira	(1.445)	(622)
	1.354	220

21 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	26.858	10.051
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
Lucro básico por ação - R\$	5,1432	1,9247

Diluído

A Companhia não apresentou o cálculo do lucro por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

22 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e sua respectiva classificação por função:

Classificação por natureza	2019	2018
Depreciação e amortização	(4.500)	(3.321)
Despesas com pessoal	(30.273)	(30.643)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(127.045)	(121.651)
Outros	(2.408)	(3.709)

Classificação por função	2019	2018
Custo dos produtos vendidos	(134.628)	(128.361)
Despesas com vendas	(26.325)	(26.432)
Despesas gerais e administrativas	(3.273)	(4.531)

23 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes reportáveis: processados resfriados e congelados.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração. O lucro por segmento é utilizado para avaliar o desempenho, uma vez que a Administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias. A precificação de transações entre os segmentos é determinada com base em valores de mercado.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representam 10% ou mais das receitas totais.

Receitas líquidas apresentadas por linha de produto:

	2019	2018
Processados resfriados	144.206	135.069
Processados congelados	35.948	38.798
	180.154	173.867

Total de ativos por segmento:

	2019	2018
Processados resfriados	96.939	69.615
Processados congelados	24.165	19.996
	121.104	89.611

Total de receitas e despesas financeiras por segmento:

	2019	2018
Processados resfriados	1.084	171
Processados congelados	270	49
	1.354	220

Total de lucro divulgado por segmento:

	2019	2018
Processados resfriados	23.172	8.216
Processados congelados	3.686	1.835
	26.858	10.051

Receitas líquidas apresentadas por área geográfica:

	2019	2018
Rio Grande do Sul	141.293	134.562
Santa Catarina	26.748	27.042
Paraná	9.263	9.863
Outros	2.850	2.400
	180.154	173.867

Total de ativos por área geográfica:

	2019	2018
Rio Grande do Sul	94.981	69.353
Santa Catarina	17.981	13.937
Paraná	6.227	5.084
Outros	1.915	1.237
	121.104	89.610

24 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo no qual a Companhia está inserida possui o limite máximo de cobertura de R\$150.000. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito de liquidez. Tais exposições são controladas, seguindo diretrizes traçadas pela Administração na Política de Gestão de Riscos.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e região onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. As vendas da Companhia se concentram em canais de grandes redes, auto serviço e revendedores, o que limita concentração de risco de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido, somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	31.12.19	31.12.18
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.377	24.300
Contas a receber de clientes	5	20.783	20.476
		56.160	44.776

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, sempre que possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

31.12.19					
Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo
Fornecedores	13	25.868	-	-	25.868
Empréstimos e financiamentos	14	16	-	-	16
Dividendos declarados	16	6.914	-	-	6.914
Valor Justo		32.798	-	-	32.798

31.12.18					
Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor Justo
Fornecedores	13	19.236	-	-	19.236
Empréstimos e financiamentos	14	191	16	-	207
Dividendos declarados	16	4.464	-	-	4.464
Valor Justo		23.891	16	-	23.907

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

d) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado à variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição a variações cambiais de moedas estrangeiras.

e) Risco de taxa juros

O risco de taxas de juros é decorrente de possíveis flutuações nas taxas de juros incidentes sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia. Visando minimizar possíveis impactos, advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação nas linhas de crédito, alternando a contratação com taxas variáveis e taxas fixas. Na data das presentes demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Instrumentos financeiros remunerados a uma taxa fixa

Aplicações financeiras - CDB
Empréstimos e financiamentos

31.12.19	31.12.18
28.835	19.257
(16)	(207)
28.819	19.050

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio nem no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%)

Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em
31.12.19	31.12.18
288	191

Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável.

f) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

g) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

A dívida da Companhia ajustada em relação ao capital dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, é apresentada a seguir:

	31.12.19	31.12.18
Total do Passivo Circulante e não Circulante	49.357	40.464
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(35.377)	(24.300)
(=) Dívida Líquida (A)	13.980	16.164
Total do Patrimônio Líquido (B)	71.747	49.147
Relação Dívida	0,1949	0,3289

h) Valores estimados de mercado

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

i) Garantias prestadas e garantias recebidas**Garantias prestadas**

Garantias consideradas relevantes estão descritas detalhadamente nas nota explicativa: 14 Empréstimos e financiamentos

Garantias recebidas

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

j) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

	Notas	31.12.19	31.12.18
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras - CDB	4	28.835	19.257
Custo amortizado			
Caixa e bancos	4	6.542	5.043
Contas a receber de clientes	5	20.783	20.476
Total		56.160	44.776
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	13	25.868	19.236
Empréstimos e financiamentos	14	16	207
Dividendos declarados	16	6.914	4.464
Total		32.798	23.907

k) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

Hierarquia do valor justo

Valor contábil em 31.12.19			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros			
Aplicações financeiras - CDB	-	28.835	-
Valor contábil em 31.12.18			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos e passivos financeiros			
Aplicações financeiras - CDB	-	19.257	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Notas	31.12.19		31.12.18	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	4	6.542	6.542	5.043	5.043
Aplicações financeiras - CDB	4	28.835	28.835	19.257	19.257
Contas a receber de clientes	5	20.783	20.783	20.476	20.476
Ativos financeiros totais		56.160	56.160	44.776	44.776
Fornecedores	13	(25.868)	(25.868)	(19.236)	(19.236)
Empréstimos e financiamentos	14	(16)	(16)	(207)	(207)
Dividendos declarados	16	(6.914)	(6.914)	(4.464)	(4.464)
Passivos financeiros totais		(32.798)	(32.798)	(23.907)	(23.907)
		23.362	23.362	20.869	20.869

26 Aprovação das demonstrações contábeis

DIRETORIA EXECUTIVA

Wesley Mendonça Batista Filho
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro

Eduardo Ferreira Belem Dos Santos
Contador CRC SP - 314422/O-3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joanita Maria Maestri Karoleski
Conselheiro

Gilberto Tomazoni
Conselheiro

Ivo José Dreher
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal revisou o Relatório da Administração as demonstrações contábeis da Companhia acompanhadas do Relatório do auditor independente da Grant Thornton Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Nossa revisão compreendeu: a) análise das demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia; b) acompanhamento dos trabalhos de revisão realizados pelos auditores externos; e c) indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos administradores.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos e considerando o Relatório do auditor independente da Grant Thornton Auditores Independentes, sobre as demonstrações contábeis, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul - RS, 17 de fevereiro de 2020.

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Tito Leandro Carrillo Trindade de Ávila
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório do auditor independente da Grant Thornton Auditores Independentes, sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Santa Cruz do Sul - RS, 17 de fevereiro de 2020.

Wesley Mendonça Batista Filho
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Ivo José Dreher
Diretor Administrativo e Financeiro

* * * * *